



**CONGRESSO NACIONAL**

**MPV - 454**

**00005**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b>	<b>proposição</b> <b>Medida Provisória nº 454 de 28 de Janeiro de 2009</b>
<b>Autor</b> <b>Deputado MÁRCIO JUNQUEIRA (DEM/RR)</b>	<b>Nº do prontuário</b>
<b>1 supressiva    2. substitutiva    3. MODIFICATIVA    4. aditiva    5. Substitutivo global</b>	

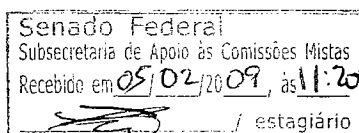
**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

O art. 3º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, alterado pela Medida Provisória nº 454, de 28 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** .....

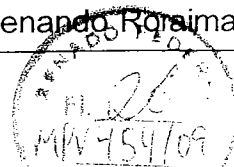
**“Art. 3º - As terras transferidas ao domínio do Estado de Roraima serão utilizadas em atividades agrícolas, respeitando-se a legislação ambiental em vigor, podendo ser adotado o regime de concessão de uso previsto no Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967”**

**Art. 2º - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.**



**JUSTIFICATIVA**

Os demasiados entraves impostos pelo texto da MP 454/2009 podem inviabilizar a sua aplicabilidade e o seu objetivo, pois irá impedir, sobretudo, com o texto do art. 3º, a implantação de projetos agrícolas e até mesmo o assentamento dos agricultores expulsos pela demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol. Quando impõe a utilização em atividades de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, de assentamento, colonização e de regularização fundiária, limita consideravelmente a ocupação, tornando-a insustentável para os grandes produtores do Estado. Busca-se com o texto limitar os nossos colonos ao processo extrativista, condenando Roraima ao



atraso.

A edição desta medida é bastante oportuna e meritória, visto que os prejuízos para aqueles agricultores expulsos são inquestionáveis, mas com a redação imposta pelo Poder Executivo ela será inexecutável e nenhum benefício trará aos nossos agricultores.

Passa-nos, com essa redação draconiana, que a pretensão do Governo Federal e impedir a utilização adequada dessas terras doadas.

Em respeito ao princípio federativo consideramos indevida a ingerência da União na utilização das terras doadas ao nosso Estado. Já contamos no nosso ordenamento jurídico com regras bastante claras para impedir que haja abusos e crimes ambientais.

PARLAMENTAR

